



O INTERDISCURSO AMBIENTAL NO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO EM PORTUGAL¹

THE ENVIRONMENTAL INTERDISCOURSE IN PORTUGUESE CONTEMPORARY POLITICAL SPEECH

Rui Ramos (Universidade do Minho, Portugal)

Resumo: O presente estudo pretende identificar indícios de interdiscursividade entre dois campos discursivos de relevo na esfera pública portuguesa contemporânea: o do discurso ambiental e o do discurso político. Para tal, analisa programas / manifestos eleitorais dos partidos políticos representados no Parlamento português, aquando das eleições legislativas de 2002, 2005 e 2009. Recorre, em particular, aos conceitos de *frame* e de repertório interpretativo, atribuindo relevo especial ao funcionamento da lexia “desenvolvimento sustentável”. Conclui que o discurso ambiental cruza o discurso político, mas o tratamento que os diversos partidos políticos fazem do ambientalismo manifesta diferenças ideológicas significativas.

Palavras-chave: ecolinguística, análise do discurso, desenvolvimento sustentável, discurso verde, *greenwashing*.

Abstract: The present study aims at identifying evidence of interdiscursivity between two important discursive fields in the contemporary Portuguese public sphere: the environmental discourse and the political discourse. To this end, it analyses electoral programs / manifestos issued by the political parties represented in the Portuguese Parliament, during the legislative elections of 2002, 2005 and 2009. It focuses mainly on the concepts of frame and interpretive repertoire, with special emphasis on the way the formula "sustainable development" operates. The conclusion points to the fact that environmental discourse crosses the political discourse, but the treatment that the different political parties make of environmentalism manifests significant ideological differences.

Keywords: ecolinguistics, discourse analysis, sustainable development, greenwashing

1. Introdução

O ambiente é omnipresente nos discursos da esfera pública das sociedades ocidentais. Tão fortemente presente, que acabou transformando-se em objeto de discurso – o que significa que, mais do que a experiência pessoal e circunstanciada que cada indivíduo tem do seu habitat, o ambiente é o que dele se diz, o que sobre ele se discute. Dito de outro

¹ O texto deste artigo foi originariamente publicado na coletânea *Múltiplos olhares em linguística e linguística aplicada* (para a referência completa, ver Ramos, 2016).

modo: tendo-se transformado em objeto de discurso, a percepção que os indivíduos dele têm é largamente sobredeterminada pelos discursos que sobre o tema se produzem. O ambiente transformou-se em "ambientalismo", um *"publicly dominant discourse"* (JUNG, 2001: 271), um dos discursos salientes da esfera pública, construído pela fricção de vozes no espaço público, objeto de polémica discursiva e com a capacidade de influenciar substancialmente o pensamento e a ação dos cidadãos.

Assinale-se aqui que, apesar de cada indivíduo ter necessariamente acesso ao seu ecossistema mais próximo, de nele se integrar e sobre ele agir, nem sempre é possível ter experiência pessoal concreta de muitos elementos do ecossistema global, assim como nem sempre é possível ter percepção pessoal de fenómenos ou realidades afastadas no espaço ou no tempo, ou com dimensões temporais ou espaciais que ultrapassam a vivência e a experiência individuais. Aliás, mesmo no caso das experiências vivenciadas em primeira pessoa, o discurso que sobre elas se constrói produz efeito e marca a conceptualização e a percepção de cada indivíduo². Nessa medida, o ambientalismo, um conjunto organizado de discursos que evoluem na esfera pública, oferece aos indivíduos chaves de decodificação do real, seja ele próximo e quotidiano ou longínquo e excecional.

Não será fácil identificar um traço específico, singular e verdadeiramente único do discurso ambiental, com a possibilidade de o distinguir dos restantes discursos da esfera pública. Mas poderá reconhecer-se um conjunto de marcas recorrentes que o particularizam, entre as quais se pode incluir o emprego de um vocabulário específico, parcialmente tomado às ciências, sejam as ciências da terra ou as ciências económicas e sociais (RAMOS e CARVALHO, 2008).

O discurso ambiental é também largamente marcado por uma dimensão pragmática diretiva, visto que assume o desejo de mudar a forma de pensar e as ações dos indivíduos (fala-se inclusivamente de educação ambiental e da ecoliteracia³).

Enquanto discursos construídos e circulando na esfera pública, poderá deduzir-se (e a nossa percepção de cidadãos também o sugere) que o discurso político e o ambientalismo apresentam múltiplos pontos de interseção. Afigura-se, portanto, francamente estimulante tentar identificar, de um ponto de vista científico e sistemático, o interdiscurso ambiental no discurso político – e é este o objetivo assumido pelo presente estudo. Em particular,

² Esta questão evoca o conceito de construtivismo linguístico (Halliday, 2001).

³ Ver Orr, D., 1992; Ramos, A. M. e Ramos, R., 2011.

parece ser interessante identificar e descrever o repertório interpretativo (o vocabulário e as fórmulas características do discurso ambiental) e os *frames* ou quadros conceptuais aos quais este repertório se encontra associado, para melhor caracterizar o discurso político português recente.

2. Método e *corpus*

O *corpus* recortado para a análise é constituído pelos programas / manifestos⁴ eleitorais dos partidos políticos representados no Parlamento português, aquando das eleições legislativas de 2002, 2005 e 2009, momentos-chave da constituição e da circulação do discurso político do século XXI em Portugal. Não se aborda os documentos relativos às eleições mais recentes por uma questão de distanciamento e maior objetividade.

O *corpus* foi sujeito a uma leitura intensiva, com o objetivo de nele se identificar o repertório interpretativo e os *frames* típicos do discurso ambiental ou aqueles que mais facilmente podem ser identificados como pertencendo, na memória interdiscursiva (MOIRAND, 2000, 2003) que os textos constituem na esfera pública, ao campo do ambientalismo. Neste quadro, a fórmula “desenvolvimento sustentável” assumiu um papel saliente na análise.

Os partidos políticos são, da esquerda à direita parlamentar, o Bloco de Esquerda (BE), um grupo de forças políticas radicais, de genérica inspiração socialista / trotsquista, que se dirige prioritariamente a um eleitorado urbano, instruído e jovem; o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), há vários anos eleitoralmente coligado com o Partido Comunista Português, que lhe concede um ou dois lugares no Parlamento; o Partido Comunista Português (PCP), um partido ortodoxo e tradicionalmente próximo do operariado; o Partido Socialista (PS), que se inscreve no movimento socialista europeu; o Partido Social-Democrata (PSD), pertencente à família da social-democracia europeia, e cujos eleitos no Parlamento Europeu alinham no Partido Popular Europeu; e o Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP), representante nacional da Democracia Cristã, mas que também se integra, no Parlamento Europeu, no grupo do Partido Popular Europeu.

Na sua maioria, os manifestos eleitorais são longos e densos (entre 100 e 200 páginas). Contudo, alguns deles apresentam traços diferenciadores a sublinhar: os manifestos do PEV são muito curtos – não mais de cinco páginas; e o manifesto do PSD de 2009 é

⁴ Para simplificar a apresentação e a leitura, serão designados somente como “manifestos”.

inusitadamente curto: apresenta somente 40 páginas, contra as 102 do manifesto de 2005 e as 198 do de 2002. Provavelmente, esta diferença não será alheia ao facto de, para as três eleições, o PSD ter sido o único partido que conheceu três líderes diferentes.

3. Instrumentos e procedimentos de análise

Como foi já anunciado acima, para o desenvolvimento da análise, recorreu-se aos conceitos de repertório interpretativo e de *frame* ou quadro conceptual.

Para os propósitos do presente estudo, e sucintamente, anotar-se-á que o conceito de repertório interpretativo se associa à conceção do discurso como veículo através do qual o sujeito e o mundo se articulam (TUOMINEM & SAVOLAINEN, 2002). Este entendimento afasta-se de uma conceção da linguagem e das línguas como instrumentos exteriores ao sujeito falante, vistos como simples produtos e práticas de rotulagem de uma realidade independente e ontologicamente anterior ao homem e à sua percepção / elaboração do real. Evoca o poder que a linguagem encerra de modelar a consciência dos falantes e de fornecer a cada indivíduo a teoria que suporta a sua interpretação do mundo e os quadros de “normalidade”. Portanto, em princípio, em termos analíticos, será possível reconstruir a visão do mundo dos decisores políticos portugueses a partir dos repertórios verbais respetivos fixados nos manifestos.

A noção de *frame* é explicada por Fillmore como sendo um “*certain schemata or frameworks of concepts or terms which link together as a system, which impose structure or coherence on some aspects of human experience and which may contain elements which are simultaneously parts of other such frameworks*” (1975: 123). Desta forma, o *frame* está associado a quadros prototípicos previstos pelo senso comum, determinados dentro dos limites de cada cultura (OIM & SALUVEER, 1985).

A análise inclui ainda a observação da fórmula “desenvolvimento sustentável”. Esta lexia corresponde à tradução de “*sustainable development*”, que constitui uma palavra-chave do discurso e do pensamento ambientais, expressão internacionalmente adotada sobretudo após a publicação do Relatório Brundtland (1987)⁵ e que adquiriu um reconhecimento global com a Cimeira da Terra do Rio de Janeiro (1992). De acordo com este documento, um desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades

⁵ Trata-se, em rigor, do “**Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**”, habitualmente designado como “**Relatório Brundtland**”.

das presentes gerações sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas. Para satisfazer este objetivo, o relatório defende a necessidade de articular as três dimensões, ou pilares, constitutivas do desenvolvimento: o pilar do desenvolvimento económico, o da justiça social e o da preservação dos sistemas naturais – sem contudo oferecer a chave ideal (e crucial) para a sua efetiva articulação (BEAURAIN, 2003: 45).

A investigadora francesa Alice Krieg-Planque (2010) defende que uma fórmula se caracteriza, nomeadamente, pelo facto de se ter afirmado como referente social e considera que a fórmula “desenvolvimento sustentável” é um caso de sucesso na sua circulação na esfera pública⁶. A presença respetiva nos discursos públicos em língua francesa já foi objeto de estudo aturado, no âmbito da linguística, mas não se conhece estudos correspondentes para o contexto português.

Há que assinalar, retomando as palavras de Krieg-Planque, que *“le caractère dominant d’une formule n’en implique nullement l’homogénéité: le fait que “développement durable” soit un passage obligé de nombreuses productions textuelles ne suppose pas – au contraire – la stabilité ou l’univocité du terme”* (2010 : 8). Discutir-se-á, neste texto, algumas das especificidades desta fórmula, naquilo que se apresenta como relevante para o presente estudo.

4. Evidências

4.1. A presença da ecologia nos manifestos

A primeira e mais ou menos óbvia observação que se pode fazer é que a temática ambiental e o discurso que lhe está associado estão contemplados em todos os manifestos. Uma leitura linear dos índices respetivos permite identificar imediatamente a presença das preocupações ambientalistas em todos os partidos políticos – com duas exceções: os índices dos manifestos do PCP de 2005 e do PSD de 2002 não lhes fazem quaisquer referências. Contudo, os conteúdos destes documentos não deixam de abordar a temática. Os manifestos do PEV não têm índice, mas os títulos que ostentam são eloquentes (o que não constitui qualquer surpresa, já que se trata de um partido que se reclama “ecologista”). A presença interdiscursiva do ambientalismo no discurso político manifesta-se essencialmente através do vocabulário: expressões como “poluição”, “ecossistema”, “biodiversidade” ou “ecologia” estão abundantemente representadas. Mas também é

⁶ Ver igualmente Krieg-Planque, 2009.

possível encontrar outros termos técnicos típicos, como “coincineração”⁷ (PSD, 2002: 94), “CO₂” (PSD, 2005: 11), “dioxinas” (BE, 2005: 49), “edafoclimáticas” (PCP, 2002: 25), “efeito de estufa” (PS, 2005: 93), “furanos” (BE, 2005: 49), “PCB”⁸ (PSD, 2005: 62), “pirólise” (PSD, 2002: 95), “solventes orgânicos halogenados” (PDS, 2005: 62)⁹. Além disso, ocorre nos documentos um conjunto importante de neologismos, entre os quais ocupam lugar de destaque os que são construídos a partir do prefixo “eco_”: “descarbonização da economia” (BE, 2002: 46), “eucaliptização” (PEV, 2005: 5), “ecocondicionalidade” (PSD, 2002: 56), “ecodesenvolvimento” (PEV, 2009: 1), “ecoeficácia” (CDS, 2005: 16), “ecoenergéticas” (PSD, 2005: 73), “ecorresponsável” (CDS, 2009: 9), “ecotaxas” (BE, 2002: 40), “ecoturismo” (PSD, 2005: 69), etc. Finalmente, há que referir a presença de estrangeirismos, como “produção de ovos free-range”, “eco-resort” (PSD, 2005: 79), “greening” (PSD, 2005: 63), “green building” (PSD, 2009: 32), “sistemas PAYT (pay as you throw)” (CDS, 2009: 8), por exemplo. Uma outra particularidade típica do ambientalismo é a criação de cenários catastróficos ou apocalípticos (HARRÉ, BROCKMEIER e MÜHLHÄUSLER, 1999; FROUST e MURPHY, 2009 ; RAMOS, R., 2009, 2011), reificando as alterações climáticas pelo processo de as tornar próximas dos indivíduos, acessíveis à sua experiência vital e com escala às suas dimensões. Este traço encontra-se igualmente presente, em particular nos discursos dos partidos de esquerda – e, entre estes, mais visivelmente nos manifestos do BE:

(1) Se é incontestável que as alterações climáticas têm origem na atividade do Homem e provocam cada vez mais desastres ecológicos e humanos é também um facto que combater este fenómeno é urgentíssimo (PEV, 2002: 2);

(2) Os três verões mais quentes desde que há registos ocorreram nos últimos seis anos: em 1998, em 2002 e, sobretudo, em 2003: nesse ano arderam 424 mil hectares em Portugal, e em 2004 foram mais 114 mil. A década de 1990 foi a mais quente que se conhece. A taxa de aquecimento global é agora de quase 0,2°C por década. Em consequência, o número médio anual de grandes desastres meteorológicos e climáticos registados na Europa duplicou entre a

⁷ Neste caso de citação, como em todos os outros casos de citação dos manifestos, atualizou-se a norma ortográfica, seguindo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

⁸ Esta sigla, sem explicação no original, representa o lexema inglês “polychlorinated biphenyl”, um produto químico sintético.

⁹ Várias das expressões aqui coligadas encontram-se em diversos manifestos, de diferentes partidos.

década de 1980 e a de 1990. Em África, na Ásia e nas Américas, são atingidos povos inteiros, com multidões lançadas na miséria por cada vez mais frequentes tufões e cheias, cuja frequência e intensidade são excepcionais quando comparadas com as décadas anteriores (BE, 2005 : 44).

O PEV, no exemplo (1), dá como saber partilhado e como estado de coisas inquestionável que as alterações climáticas têm origem humana, ainda que este continue a ser um assunto controverso, e associam a essa assunção que estas estão na origem de “cada vez mais desastres ecológicos e humanos”, conferindo ao discurso um tom tremendista e estabelecendo uma relação imediata de causa-efeito entre as primeiras e os segundos, oferecendo ao leitor uma explicação algo simplista, mas bem percecionável pelo indivíduo. As alterações climáticas, conceito vago e longínquo, são traduzidas em resultados que o leitor pode interiorizar facilmente, seja por ter tido experiência própria de tais estados de coisas, seja pelo discurso reificador dos meios de comunicação social, que permitem a vivência “em segunda mão” das experiências catastróficas de outros.

O BE, no excerto (2), emprega expressões que evocam *frames* extremos, como “desastres”, “catástrofes”, “riscos para a saúde”, “envenenamento do ar”, etc. E, de uma forma ou de outra, todos os partidos mencionam a crise ambiental, ou as ameaças ao equilíbrio natural, ao mesmo tempo que advogam o equilíbrio ou a harmonização entre a atividade humana e o ambiente natural.

O exemplo (2) permite igualmente identificar uma outra característica do ambientalismo, tomada do discurso científico: a presença frequente de números, quantificações exatas, cálculos científicos. Este traço encontra-se presente nos documentos do BE, como o exemplo mostra, mas é partilhado pelo discurso dos restantes partidos. Tal característica, para além de buscar a credibilização do discurso (RAMOS e CARVALHO, 2008), está associada a um certo caráter didático do ambientalismo, testemunhado igualmente por outros segmentos dos manifestos, como no caso seguinte:

(3) De acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, onde a proteção do ambiente surge a par da eficiência económica e do progresso social (PS, 2005: 26);

(4) Fim da produção de ovos por galinhas de bateria (criação intensiva) promovendo a transição para produção de ovos “free-range” (criação extensiva) (BE, 2009: 76).

No exemplo (3), o texto oferece uma definição sucinta de “desenvolvimento sustentável” (ou, pelo menos, aponta uma característica relevante desse conceito), o que pode justificar a adoção de determinadas opções políticas; no exemplo (4), evidenciam-se o emprego de termos técnicos, um deles um anglicismo, e dois segmentos reformulativos com função explicativa, entre parêntesis.

Finalmente, há que realçar uma outra característica típica da lógica ambiental e que aqui se manifesta no discurso político: o seu carácter teleológico (MYERSON e RYDIN, 1996), configurando as relações de tempo e a orientação prospetiva:

(5) O PCP considera que a política de ambiente e recursos naturais é uma questão fulcral para o presente e futuro do País e do povo português (PCP, 2002: 50);

(6) (...) melhorar o que nos foi legado, garantir o bem-estar das gerações atuais e assegurar que as gerações futuras também o possam fazer (CDS, 2009: 8).

Estes dois segmentos ilustram a orientação prospetiva de longo prazo marcante do discurso ambiental: somente esta visão dos estados de coisas pode justificar a mudança das atitudes e das ações no presente, em face de um futuro de qualidade – no fim de contas, trata-se de garantir o desenvolvimento sustentável.

4.2. A harmonização entre ecologia e economia: o desenvolvimento sustentável

Por opção metodológica, tendo em vista agilizar tanto a produção deste texto, como a respetiva leitura, estabelecer-se-á uma dicotomia simplista entre ecologia e economia. Ainda que os dois termos partilhem um radical grego (“eco”, que significa “casa”), pertencerá à vertente “ecologia” tudo quanto respeita diretamente ao ambiente e à vertente “economia” tudo quanto respeita às finanças, ao mundo do trabalho e ao progresso social. Esta divisão permite afirmar que todos os partidos preconizam explicitamente uma harmonização entre ecologia e economia, em diversos momentos dos seus manifestos. A única diferença relevante está associada à respetiva construção macrodiscursiva: a maioria dos manifestos faz um apelo sistemático e recorrente a tal harmonização, ao longo do corpo textual, enquanto alguns outros a evocam exclusivamente (ou quase) nos capítulos ou secções que se dedicam a temas ambientais ou com repercussões ambientais diretas (como a energia ou a agricultura, por exemplo).

É o caso dos manifestos do PCP, e do do PDS de 2009, que optam por alusões à ecologia em secções específicas, ao contrário de todos os outros documentos, onde surge a fórmula “desenvolvimento sustentável” e sinónimos respetivos ou palavras da família de “sustentável”, por exemplo, ao longo dos textos.

Esta harmonização é traduzida na fórmula “desenvolvimento sustentável” no discurso de todos os partidos. Contudo, o PCP opta por utilizar mais frequentemente outras expressões para evocar um estado de coisas semelhante:

(7) A política de ambiente e recursos naturais pela qual o PCP luta tem por objetivo a criação das condições necessárias à concretização de um desenvolvimento integrado e equilibrado do país (PCP, 2005: 30).

No que respeita aos restantes manifestos, o desenvolvimento sustentável é claramente eleito como tema basilar ou ao qual se concede grande relevo na definição da via política a adotar:

(8) O desígnio central da política de ambiente para os próximos anos deve ser o de contribuir mais decisivamente para estruturar o processo de desenvolvimento sustentável do País, integrando a definição e a execução das diferentes políticas sectoriais (PS, 2002: 58);

(9) O objetivo essencial do CDS-Partido Popular (...) é apostar num modelo de desenvolvimento sustentável, que representa a aliança entre o crescimento económico, a justiça social, a qualificação dos jovens e o respeito pelo ambiente (CDS, 2005: 2).

No caso do segmento apresentado em (9), há que assinalar que ocorre na abertura do manifesto, ou seja, trata-se da primeira afirmação que o partido elabora no processo de apresentação das suas propostas ao eleitorado e, conseqüentemente, um momento fulcral da sua organização discursiva, que dá o tom para o desenvolvimento estratégico e argumentativo do manifesto eleitoral do partido.

4.3. Ambientalismo e outras lógicas discursivas

Para além das referidas diferenças de tratamento das questões ambientais, há uma outra, verdadeiramente significativa.

Pode observar-se que o discurso dos partidos da esquerda mais radical (BE, PEV e PCP) é um discurso polémico, panfletário e ideológico, integrando questões que remetem para

o ambiente no quadro da crítica ao sistema capitalista, reivindicando a coletivização dos bens essenciais e dos recursos naturais. Nega a mercantilização do ambiente, defende um modelo alternativo de desenvolvimento e liga os direitos sociais à preservação da natureza. Trata-se de um discurso moralista e agónico, que tece críticas explícitas ou subjacentes à construção de *frames* disfóricos ativados por expressões como “inércia”, “negligência” ou “hipocrisia”, identificáveis ao longo dos manifestos destes partidos – constituindo, como seria de esperar, críticas violentas aos seus adversários políticos. As sequências seguintes exemplificam estas ocorrências:

(10) Os recursos naturais não podem ser propriedade de uns poucos, para prejuízo da grande maioria dos Portugueses. Por isso é necessário, por um lado, fazer uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados, e por outro promover uma verdadeira justiça fiscal (PEV, 2002: 3);

(11) Os conceitos de desenvolvimento e de ambiente não são dissociáveis. A perspetiva ambiental tem de estar, sempre, presente em todas as políticas sectoriais, e não encarar o desenvolvimento numa exclusiva perspetiva económica, como vulgarmente tem vindo a acontecer, o que apenas serve para negar o próprio princípio do desenvolvimento. Encarar o desenvolvimento na perspetiva estrita das atividades económicas e desvalorizar o seu impacto sobre a natureza é característica de uma economia de matriz capitalista, direccionada para a criação de lucros de curto prazo, à custa do futuro do planeta (PCP, 2005: 30).

Em (10), a referência à necessidade de promover uma “verdadeira justiça fiscal” ativa um implícito e evoca necessariamente uma crítica, dirigida aos partidos políticos que ocuparam o poder no passado; ao mesmo tempo, o partido / locutor constrói para si um *ethos* (AMOSSY, 2010) de honestidade, apresentando-se como garante da verdade evocada, imagem reforçada pela aproximação do partido à maioria dos cidadãos contra “uns poucos” que se apropriam dos bens comuns e através do desejo (e da promessa implícita) de uma “distribuição mais justa dos rendimentos gerados”. Este discurso moralista, construído sobre uma ética difícil de refutar, é retomado em (11), com outros argumentos mas com o mesmo tipo de raciocínio lógico (aponta para valores sólidos e difundidos na sociedade), tem uma forte capacidade de se impor e está frequentemente presente na argumentação dos ativistas ambientais.

Diversamente, o discurso do partido de centro-esquerda (PS) e o do partido de centro-direita (PSD) é mais pragmático e menos marcado por um posicionamento ideológico. Os documentos respetivos apresentam medidas concretas e fazem projeções do que prometem realizar no caso de vitória eleitoral.

Os seus manifestos (à exceção do do PSD de 2009) são longos, mas neles a crítica ocupa um lugar menor; abarcam múltiplos setores do governo e da vida social, propondo medidas específicas e detalhadas, numa perspetiva claramente prospetiva. O discurso mantém-se estritamente dentro dos limites do senso comum e do “politicamente correto” e parece responder a todos os problemas sociais e individuais dos cidadãos, do crescimento económico ao desemprego, da educação aos acidentes de trânsito, da política linguística à defesa nacional. Assim, não causa surpresa que, relativamente às questões ambientais, o discurso seja politicamente correto, assumindo a centralidade do desenvolvimento sustentável e proclamando que a defesa do ambiente terá sempre um papel transversal a todas as políticas setoriais. Os manifestos anunciam intervenções em diferentes questões que se relacionam direta ou indiretamente com o ambiente (a preservação ambiental, as águas residuais, a poluição atmosférica, o ruído, os resíduos industriais, os parques naturais, a pesca, a agricultura, o ordenamento do território, o planeamento urbano, os transportes, o turismo, a segurança alimentar, a energia, etc.) e proclamam sistematicamente o desejo de atingir uma relação harmoniosa entre a atividade humana (o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida, o aumento da rentabilidade produtiva, o desenvolvimento social) e o ambiente (preservação e usufruto).

Trata-se de propostas político-administrativas apresentadas como viáveis, a concretizar ao longo da legislatura, na circunstância de a maioria dos eleitores se identificar com elas e votar no partido para governar durante o período em causa. Submetem-se a uma lógica legislativa e funcional do aparelho do governo. Como a história dá a ver, o PS e o PSD são as forças políticas mais suscetíveis de ganhar eleições (desde a instauração do regime democrático, em 1974, sempre um destes partidos teve a maioria dos deputados no parlamento). Por isso, mesmo que se aceite algum grau de exagero, populismo ou manipulação nos discursos de campanha eleitoral, pode supor-se que há, entre os dirigentes destes partidos, a perceção da possibilidade de ganharem as eleições e de se verem confrontados com as suas promessas pré-eleitorais. Seria então justo supor um

esforço para apresentar propostas honestas e concretizáveis, e não ideias radicais e utópicos, sem qualquer possibilidade de adesão à realidade.

Contudo, não é fácil afirmar se há verdadeiramente um *frame* geral de harmonização nas promessas e projeções destes partidos. A par de afirmações que reconhecem a centralidade e a urgência da preservação ambiental, parece haver momentos nos quais a evocação das causas ambientais não se destina a mais do que enfeitar o discurso, construído sob a lógica poderosa da economia que tudo subjuga. A sequência seguinte mostra um destes casos em que a economia se afirma sobre todas as restantes dimensões da vida social e política:

(12) Para o Governo do PS será essencial conferir prioridade à adoção pela União de uma agenda de desenvolvimento sustentada para o século XXI (...). O objetivo (...) é transformar a economia europeia na mais competitiva do Mundo em 10 anos. Para isso há que prosseguir a reformulação do tecido produtivo europeu com base na sociedade do conhecimento e na utilização das novas tecnologias de comunicação, garantindo a coesão social e territorial, reafirmando o objetivo do pleno emprego, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão, bem como a salvaguarda do equilíbrio ambiental, da paz e da segurança interna. Há também que prosseguir a liberalização dos mercados (PS, 2002: 9-10).

O domínio da economia sobre a ecologia é particularmente observável no manifesto do PSD de 2009 e, com ainda maior evidência, nos manifestos do CDS, o partido mais à direita no espectro parlamentar. Nestes manifestos, a natureza é sistematicamente configurada como recurso disponível para o homem, como fonte de riqueza:

(13) Quanto à política de florestas, que constituem uma das nossas maiores riquezas, (...) o número de incêndios florestais tem vindo a aumentar, destruindo violenta e criminosamente uma das maiores riquezas naturais do nosso País: as florestas. (...) Torna-se assim necessário incentivar o investimento produtivo na floresta e sensibilizar toda a população nacional para a enorme importância dos espaços florestais e campestres, como elementos essenciais à preservação ambiental do País e para o bem-estar da sociedade atual e das gerações vindouras. (...) e para a valorização e comercialização dos produtos florestais (CDS, 2002: 31).

4.4. A fórmula “desenvolvimento sustentável”

A fórmula “desenvolvimento sustentável” está presente em todos os manifestos. Em alguns, é adotada como pedra angular da política económica do país (ver exemplo (9), um dos mais explícitos a esse nível). São frequentes lexias da mesma família, como “sustentabilidade” ou “sustentar”: por exemplo, o manifesto do PSD de 2005 menciona “sustentabilidade” 29 vezes; o do CDS de 2005, 17 vezes.

Contudo, são diversos os casos em que a análise do contexto imediato destas expressões mostra que o adjetivo “sustentável” e outras palavras da sua família não são utilizados no quadro traçado pela lógica ambiental, mas no da economia. Assim, surge, no manifesto do PS de 2005, 10 vezes “desenvolvimento sustentável”, mas 171 vezes “desenvolvimento” e 27 vezes “sustentável” (em ambos os casos, como se compreende, cada uma das palavras da expressão surge separada da outra). Encontra-se um grande número de ocorrências de “sustentabilidade” associada à Segurança Social (trata-se da fórmula “sustentabilidade da Segurança Social”) e com outros empregos, como “crescimento sustentável” (PSD, 2002: 65), “mobilidade sustentável” (PSD, 2005: 69 e PS, 2005: 102), “um serviço nacional de saúde sustentável” (PS, 2009: 74), etc.

Pode verificar-se que há um número significativo de ocorrências de dupla e tripla adjetivação, como “desenvolvimento harmonioso e sustentável” (PEV, 2002: 1), “desenvolvimento sustentável e equilibrado” (PS, 2002: 138), ou “desenvolvimento sustentável, equilibrado e justo” (PSD, 2005: 73). Neste caso, trata-se de um pleonismo, visto que o semantismo de “sustentável” inclui ou implica o(s) outro(s) adjetivo(s) utilizado(s), ou então a fórmula perde uma parte do seu valor semântico quando é utilizada no discurso político – razão pela qual o enunciador sente a necessidade de completar ou especificar o sentido da expressão.

Na mesma linha, é possível identificar o uso frequente de “sustentado”, em coocorrência com “sustentável”. O seu efeito mais visível reside na modalização que assiste a tais usos: se o semantismo de “sustentável” incorpora uma orientação presente-futuro, consequentemente hipotética e imperfetiva, o de “sustentado” comporta uma orientação presente-passado, concreta e perfetiva, atribuindo ao discurso um carácter mais assertivo e tangível.

5. Conclusões

Pode concluir-se que as preocupações face ao ambiente estão presentes com grande relevo e visibilidade em todos os manifestos eleitorais e que o ambientalismo enquanto discurso

também perpassa o discurso político plasmado no *corpus* analisado, mostrando uma transferência de vocabulário entre os agentes e os discursos ambientais e políticos.

Os *frames* e o repertório interpretativo recortados permitem identificar posicionamentos diferentes entre os partidos políticos. Neste aspeto, as evidências do *corpus* não oferecem novidade, mas a confirmação do que é, mais ou menos, a voz comum. Assim, os que se situam mais à esquerda utilizam o ambientalismo como discurso empenhado ou “engajado” e panfletário, sob o escopo de um posicionamento político e ideológico; apresentam-se como forças políticas do contrapoder e o ambiente é um dos seus instrumentos de luta.

Os partidos políticos do centro (e do poder) preferem um discurso onde o ambiente se submete a uma lógica legislativa e organizacional, eventualmente como estratégia de embelezamento do discurso e de resposta a demandas sociais, um discurso politicamente correto (uma forma de higiene verbal), mas onde se identificam segmentos que suscitam e autorizam a dúvida sobre o real sentido de muitas das afirmações e promessas. De alguma forma, poderá ser identificada nestes casos a manifestação do *greenwashing* que tantas vezes constitui argumento de acusação e refutação entre ambientalistas e outros atores sociais.

Finalmente, o partido que se posiciona à direita é claro na sua conceção de usufruto da natureza, configurada como recurso ao serviço do homem para uma exploração mais ou menos equilibrada. Ainda que defenda explícita e insistentemente o desenvolvimento sustentável, o discurso eleitoral deste partido, mais do que os restantes, submete a ecologia aos interesses da economia, reduzindo a natureza ao potencial valor económico que pode proporcionar.

A fórmula “desenvolvimento sustentável”, adotada discursivamente por diversos manifestos como pilar fundamental do edifício económico e social do país, sofreu um deslizamento semântico e modificou parcialmente o seu sentido original (a sua alta frequência está longe de ser sinónimo de univocidade) e a presença massiva tanto da fórmula, quanto da sua variante “desenvolvimento sustentado”, quanto ainda de outros lexemas da mesma família no discurso político constitui uma estratégia retórica e económica, a partir de um discurso reconhecido e valorizado pelo destinatário eleitor.

A análise efetuada, ainda que mostre a presença do interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal, não tem a capacidade para definir com rigor se a presença do interdiscurso resulta de uma mudança de mentalidades e de formas de agir,

ou se se limita a constituir um véu diáfano e pouco consequente, com objetivos manipulatórios, uma simples estratégia de propaganda para atingir objetivos de conquista do poder. Ou, caso haja um pouco de cada uma destas vertentes, qual o peso relativo de cada uma delas no desenho final do discurso político português.

Referências

- AMOSSY, R. *La présentation de soi*. Paris: PUF, 2010.
- BEAURAIN, C. Économie et développement durable dans les discours de la production territoriale. *Mots. Les langages du politique*, n.72, p. 44-58, 2003.
- FOUST, C. R.; MURPHY, W. Revealing and Reframing Apocalyptic Tragedy in Global Warming Discourse. *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, n.3, v.2, p. 151-167, 2009.
- HALLIDAY, M. New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001. p. 175-202.
- HARRÉ, R.; BROCKMEIER, J.; MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage, 1999.
- JUNG, M. Ecological Criticism of Language. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (Eds.). *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, 2001. p. 270-285.
- KRIEG-PLANQUE, A. *La notion de formule en analyse du discours: cadre théorique et méthodologique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.
- KRIEG-PLANQUE, A. La formule "développement durable": un opérateur de neutralisation de la conflictualité. *Langage et société*, n.134, p. 5-29, 2010.
- MOIRAND, S. Les manifestations discursives dialogiques de la rencontre entre sciences, médias et politique. In: TOVAR et al. (Eds.). *Lengua, Discurso, Texto. (I Simposio Internacional de Análisis del Discurso)*, vol. II. Madrid: Visor, 2000. p. 2681-2697.
- MOIRAND, S. Communicative and cognitive dimensions of discourse on science in the French media. *Discourse Studies*, n.5, v.2, p. 175-206, 2003.
- MYERSON, G.; RYDIN, Y. *The language of environment. A new rhetoric*. London: UCL Press, 1996.
- OIM, H.; SALUVEER, M. Frames in linguistic descriptions. *Quaderni di Semantica*, VI, p. 295-305, 1985.
- ORR, D. *Ecological Literacy: Education and the Transition to a Postmodern World*. Albany: State University of New York Press, 1992.
- RAMOS, A. M.; RAMOS, R. Ecoliteracy Through Imagery: A Close Reading of Two Wordless Picture Books. *Children's Literature in Education*, n.42, v.4, p. 325-339, 2011.
- RAMOS, R.; CARVALHO, A. *Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change*. In: DAM, L.; HOLMGREEN, L.-L.; STRUNCK, J. (Eds.). *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008. p. 223-247.
- RAMOS, R. *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.
- RAMOS, R. Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa. *Revista Galega de Filoloxia*, n.12, p. 155-176, 2011.
- RAMOS, R. O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal. In: ORTIZ-PREUSS, E.; COUTO, E.; RAMOS, R. (Orgs.) *Múltiplos olhares em linguística e linguística aplicada*. São Paulo: Pontes Editores, 2016, p. 55-74.
- TUOMINEN, T.; SAVOLAINEN. Discourse, cognition, and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. In: BRUCE, H. et al. (Eds.). *Emerging frameworks and methods: CoLIS 4. Proceedings of the fourth international conference*

on conceptions on library and information science. Greenwood Village, CO: Libraries Unlimited, 2002. p. 271-283.

Apêndice (Corpus)

Bloco de Esquerda. *Manifesto eleitoral*. 2002.

Bloco de Esquerda. *Tempo de viragem. As prioridades para uma governação que imponha um novo ciclo de políticas. Programa eleitoral do Bloco de Esquerda. Legislativas 2005*. Lisboa/Porto: Edições do Bloco. 2005.

Bloco de Esquerda. *Programa para um governo que responda à urgência da crise social. A política socialista para Portugal*. 2009.

Centro Democrático e Social. *Programa de governo*. 2002.

Centro Democrático e Social. *Programa de governo. Legislativas 2005*. 2005.

Centro Democrático e Social. *Programa de governo*. 2009.

Partido Comunista Português. *Por uma política de esquerda. Mudar para melhor. Programa eleitoral do PCP*. 2002.

Partido Comunista Português. *Programa eleitoral do Partido Comunista Português. Eleições legislativas*. 2005.

Partido Comunista Português. *Programa eleitoral do PCP. Eleições legislativas 2009*. 2009.

Partido Ecologista “Os Verdes” *Manifesto eleitoral*. 2002.

Partido Ecologista “Os Verdes”. *Manifesto verde para as eleições legislativas 2009*. 2009.

Partido Ecologista “Os Verdes”. *Manifesto eleitoral*. 2005.

Partido Social-Democrata. *Compromiso de mudança*. 2002

Partido Social-Democrata. *Legislativas 2005. Manifesto eleitoral PPD/PSD. Um contrato com os portugueses*. 2005.

Partido Social-Democrata. *Compromisso de verdade. Programa eleitoral do Partido Social Democrata 2009-2013*. 2009.

Partido Socialista. *Programa do governo*. 2002.

Partido Socialista. *Compromissos de governo para Portugal. 2005-2009*. 2005.

Partido Socialista. *Programa de governo do Partido Socialista. Avançar Portugal. 2009-2013*. 2009.

Recebido: 15/05/2017.

Revisto: 12/06/2017.

Aceito: 14/07/2017.

Ecolingüística: Revista Brasileira de
Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL), v. 3, n. 2, 2017.